

## Onze fundos de pensão têm sigilo quebrado

A CPI dos Correios quebrou ontem o sigilo bancário de oito fundos de pensão. Com mais três que tiveram essas informações abertas anteriormente, já são 11 os fundos de pensão investigados. Na quarta-feira, a CPI do Mensalão pretende ouvir dirigentes de três dessas instituições e vai buscar subsídios na CPI dos Correios.

Página 3

Fotos: Célio Azevedo



REVELAÇÕES Rogério Buratti (E) fala à CPI, ao lado de Efraim Moraes, Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti

## Buratti diz (mas não prova) que havia propina em Ribeirão

Ex-assessor de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti reafirmou ontem na CPI dos Bingos as acusações feitas em depoimento ao Ministério Público. Buratti disse que a prefeitura recebia R\$ 50 mil mensais da empresa Leão & Leão, que eram repassados ao PT nacional. Confirmou ter ouvido que empresários do setor de jogos de São Paulo e do Rio contribuíram com pelo menos R\$ 2 milhões para a campanha presidencial de Lula.

Página 3

# TRÊS CPIS QUEREM OUVIR DOLEIRO

Toninho da Barcelona é alvo das comissões de inquérito dos Correios, do Mensalão e dos Bingos

As comissões parlamentares de inquérito dos Correios, do Mensalão e dos Bingos aprovaram, separadamente, requerimentos de convocação do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, preso em Avaré (SP) por evasão de divisas. O doleiro denunciou o

envolvimento de membros do PT em operações de remessa de dinheiro para o exterior.

Mas a tripla convocação gerou dúvidas em relação às atribuições de cada comissão. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, afirmou que a solução cabe ao pre-

sidente do Senado, Renan Calheiros.

– Só a autoridade superior pode decidir. Renan Calheiros tem que ter um papel de magistrado nesse caso – defendeu.

Ainda não há data prevista para o comparecimento de Barcelona ao Congresso Nacional.



AUDIÊNCIAS CPI do Mensalão (foto à esquerda) convoca, além de Toninho da Barcelona, dirigentes de fundos de pensão. CPI dos Correios pretende ouvir o banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity



Página 3

## Projeto combate fraude em venda de imóveis

Obrigação do cartório de identificar corretor, com número de registro em conselho, pode evitar irregularidades, conforme projeto da Câmara aprovado ontem pelo Plenário do Senado

Página 5



**CUSTO** Alberto Silva afirma que passagens são caras por causa de encargos cobrados pelo governo

## Alberto Silva: 37 milhões não usam ônibus

Ao discursar em Plenário, ontem, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) informou que cerca de 37 milhões de brasileiros, moradores de cidades, não têm condições de pagar passagens de ônibus, seja para ir ao trabalho ou mesmo quando em busca de tratamento médico. Os dados, disse o senador, foram fornecidos por representantes de empresas de transporte coletivo urbano, que estiveram em seu gabinete.

Alberto Silva assinalou que essa realidade, que chamou de "alarmante", deve-se ao fato de as passagens de ônibus serem muito caras "devido à quantidade de taxas, impostos e custos adicionais, cobrados quer pelo governo federal, estadual ou municipal".

O senador lembrou que, na época em que presidiu a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), foi criado um fundo de renovação de frota, o qual permitiu a renovação das frotas de ônibus de grandes cidades, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Essa medida, de acordo com Alberto Silva, levou a uma redução no preço das passagens de ônibus, beneficiando as populações daquelas cidades.

# Eduardo Azeredo destaca Semana do Excepcional

■ Senador anuncia ainda a realização, pelo Senado, de seminário sobre acessibilidade para deficientes

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou ontem, em Plenário, a passagem da Semana do Excepcional. De acordo com o parlamentar, existem hoje no país 24 milhões de portadores de deficiência. Ele salientou que o Brasil é um dos países latino-americanos que mais avançaram na conquista de direitos para essas pessoas.

Azeredo relatou o início dos trabalhos da Subcomissão Per-



**ENGENHO** Segundo Eduardo Azeredo, a acessibilidade para deficientes exige muita criatividade

manente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, que ele preside. O senador informou que a subcomissão aprovou o seminário "Acessibilidade em Debate: Passaporte para a Ci-

dadania", a ser realizado de 17 a 28 de outubro.

– A acessibilidade do deficiente exige muita criatividade, principalmente em lugares mais distantes, onde nem sempre se dispõe das melhores tecnologias de acesso – disse.

Azeredo lembrou que a subcomissão também aprovou requerimento para realizar uma publicação com as proposições em tramitação no Congresso relativas à questão, de modo a agilizar, na próxima reunião, a discussão e aprovação de cada uma. Também foi aprovada audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do transporte escolar do portador de deficiência.



**CRÍTICA** Segundo Flexa Ribeiro, o programa Bolsa-Família é "assistencialismo antiquado"

## Flexa Ribeiro: governo confunde programas

O governo confunde programas assistenciais com assistencialistas, denunciou ontem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Nos primeiros, explicou, os benefícios são temporários e requerem de quem recebe algo em troca, enquanto nos outros há a distribuição de ajuda em dinheiro ou bens materiais.

Flexa Ribeiro classificou o programa Bolsa-Família de "assistencialismo antiquado". Segundo o senador paraense, além de não combater a pobreza, o programa do governo federal é incapaz de promover a inclusão social dos mais pobres.



**ATUAÇÃO** Paulo Paim é autor do projeto que cria o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

## Paim agradece prêmio do governo do RS

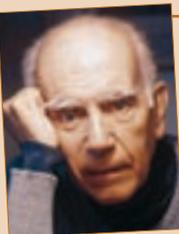
O senador Paulo Paim (PT-RS) comentou a homenagem que recebeu do governo do Rio Grande do Sul (comandado por Germano Rigotto, do PMDB), que lhe concedeu ontem o Prêmio de Responsabilidade Social Faders (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades). Autor do projeto de lei que instituiu o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, Paulo Paim dedicou o prêmio a todos os segmentos sociais que atuam em prol da causa.

## Agenda

### Sessão destinada a debates dos senadores

O Plenário reúne-se às 9h de hoje em sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina a debates dos senadores. Os primeiros parlamentares

inscritos para discursar na tribuna são os senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Papaléo Paes (PMDB-AP) e José Jorge (PFL-PE).



### Mostra comemora cem anos de Érico Veríssimo

Está em cartaz até o próximo dia 2 de setembro, no Salão Negro do Senado Federal, a exposição itinerante que comemora o centenário do nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo. A mostra apresenta painéis fotográficos, trechos de obras e desenhos que narram a história do romancista com amigos, em viagens, suas leituras e relações familiares.

### Reforma eleitoral no rádio

A reforma eleitoral aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última semana é tema da reportagem especial que a Rádio Senado apresenta nesta sexta, às 20h. A proposta diminui o período de campanha, entre outras medidas.

### Tabaco em discussão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública às 15h, em Florianópolis (SC), com o objetivo de discutir o acordo internacional que prevê o controle do consumo de tabaco no mundo.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Tripla convocação de Toninho da Barcelona causa impasse entre CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos; Serraglio diz que presidente do Congresso pode ser chamado a dar a última palavra acerca da sobreposição de papéis das comissões

## Três comissões querem ouvir doleiro preso

Três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigam denúncias de corrupção querem tomar o depoimento de Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, doleiro preso em Avaré (SP) por evasão de divisas. Barcelona foi ouvido em 16 de agosto por uma sub-comissão da CPI dos Correios enviada a São Paulo. Na ocasião, envolveu ex-dirigentes do PT em operações de remessa de dinheiro para o exterior.

Ontem, a CPI dos Correios aprovou a convocação de Barcelona. Na CPI do Mensalão, que também vai convocar o doleiro, houve divergências sobre a melhor forma de ouvi-lo: se na sala da CPI em Brasília, ou em São Paulo, onde está preso. Reunida também ontem, a CPI dos Bingos aprovou requerimento



**DEBATE** Delcídio Amaral (E), presidente da CPI dos Correios, com membros da comissão em reunião administrativa que aprovou convocação de doleiro

do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) convocando do doleiro.

A tripla convocação gerou um impasse. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou

que a solução do problema cabe ao presidente do Senado, Renan Calheiros. “Quando há conflito de competências, só a autoridade superior pode decidir. Renan tem de ter um papel de magistrado nesse caso”, observou.

Serraglio afirmou que não é contrário a idéia de uma sessão conjunta entre as três CPIs, mas ressaltou que, na prática, isso não funciona. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, por sua vez, defende uma sessão conjunta, mas composta apenas por representantes dos três colegiados.

– Com todo mundo, é impraticável – ponderou Garibaldi.

### Inevitável

O senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, acredita que a convocação de Barcelona era inevitável, mas acha desnecessário que ele seja ouvido nas três comissões.

– Se ele foi convocado para as três, vai se dar bem aquela em que ele chegar primeiro. É um depoimento que as outras CPIs

poderão aproveitar – opinou.

Ainda não há data prevista para o comparecimento do doleiro ao Congresso.

O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), informou que vai procurar o presidente do Senado e os presidentes das outras CPIs para tratar de “sobreposição nas atribuições das comissões de inquérito”.

Delcídio disse que havia um acordo sobre o limite de cada comissão. Segundo ele, ficou combinado que a CPI dos Correios investigaria a origem do dinheiro; a do Mensalão, o destino dos recursos; e a dos Bingos ficaria restrita aos jogos de azar. Mas, na opinião de Delcídio, requerimentos aprovados nas outras comissões – como a convocação de Toninho Barcelona – romperam esse acordo.



**OBJETIVO** José Jorge afirma que saques em dinheiro vivo prejudicam a transparência nos gastos

### José Jorge cobra informações sobre uso de cartão

Em pronunciamento ontem, o senador José Jorge (PFL-PE) comunicou que a revista *IstoÉ Dinheiro* publicou reportagem revelando que assessores do Palácio do Planalto sacaram dinheiro com cartões de crédito corporativos. Para o parlamentar, os saques em dinheiro vivo fazem com que os cartões percam sua razão de ser, que é a transparência dos gastos.

José Jorge lembrou que há um ano a oposição tentava aprovar requerimento de informações sobre o uso desses cartões pelo governo. Mas só recentemente, disse, os opositores tiveram sucesso, em virtude de resistência da bancada governista.

## Buratti confirma acusação a Palocci, mas não dá provas

Em depoimento à CPI dos Bingos, Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário de governo de Antonio Palocci em sua primeira gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), confirmou que a empresa coletora de lixo Leão & Leão “contribuía” com R\$ 50 mil mensais para a prefeitura, e quem arrecadava os recursos era o então secretário de Fazenda Ralf Barquete, já falecido.

– Ratifico nesta CPI o que disse ao Ministério Público do Estado de São Paulo na última sexta-feira – desabafou Rogério Buratti, apesar de não apresentar documento comprovando as denúncias.

Buratti revelou que as contribuições eram uma espécie de “regra do jogo”. Mas admitiu que nunca presenciou Palocci, no exercício do segundo mandato, de 1999 a 2002, “participar de qualquer reunião para tratar de supostos pagamentos de propina”.

Buratti afirmou ter ouvido de Ralf Barquete que empresários ligados a jogos em São Paulo contribuíam com R\$ 1 milhão para a campanha do então candidato Lula. Barquete também teria lhe dito que quantia semelhante ou superior foi arrecadada junto a empresários de jogos do Rio de Janeiro.



**CONFISSÕES** Rogério Buratti (E) depõe na CPI dos Bingos, ao lado dos senadores Efraim Moraes, Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti



**DEPOIMENTO** Abi-Ackel (E) e Lando, relator e presidente da CPI do Mensalão, conduzem na quarta-feira audiência com presidentes da Previ, Petros e Funcef

## Onze fundos de pensão têm sigilos bancários quebrados

As CPIs dos Correios e do Mensalão terão acesso aos dados da movimentação bancária de onze fundos de pensão. Três deles – Previ, Petros e Funcef, respectivamente do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica Federal – tiveram sigilos quebrados na semana passada pela CPI dos Correios. Seus dirigentes, já ouvidos por essa comissão, serão agora reinquiridos pela CPI do Mensalão, na quarta-feira. Para subsidiar a audiência, essa comissão terá acesso às informações bancárias em poder da CPI dos Correios.

Mais oito fundos de pensão tiveram sigilo bancário quebrado ontem pela comissão:

Centrus, Real Grandeza, Eletros, Serpros, Postalís, Portus, Geap e Sistel. Serão verificadas as contas mantidas por essas instituições nos bancos BMG e Rural.

A CPI dos Correios também quer ter acesso a dados da CPI do Banestado referentes à movimentação financeira realizada no MTB Bank e às contas CC-5 na Beacon Hill.

### Audiências

A CPI do Mensalão ouvirá, na terça-feira, depoimento do proprietário da empresa Guaranhuns Ltda., José Carlos Batista, a partir das 11h30.

Já a CPI dos Correios aprovou a convocação do banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.



"Caixa-preta dos fundos de pensão começa a se abrir", afirma Virgílio; Pavan, Sibá e César Borges debatem imagem do PT; Suplicy defende reflexão; Tebet anuncia que PMDB disputará Presidência

## Para Suplicy, PT deve refletir sobre sua prática

Convencido de que o atual momento de crise é ideal para o Partido dos Trabalhadores (PT) refletir sobre sua prática política, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem a leitura do artigo "Teoria da Conspiração?", do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, publicado pela *Folha de S. Paulo*. Suplicy considerou oportunos os comentários de Batista Júnior, "um dos mais capazes economistas brasileiros", sobre a trajetória do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

As opiniões do senador e de Batista Júnior sobre política econômica convergem, disse Suplicy, na proposta de redução gradual da taxa básica de juros. O parlamentar acredita que o Conselho de Política Monetária resiste em adotar a medida por vê-la como uma ameaça à estabilidade de preços. Na sua avaliação, entretanto, a redução gradual dos juros seria um estímulo aos investimentos, à produção e à geração de empregos, compatibilizando, assim, estabilidade de preços e crescimento econômico.

### Franqueza

Suplicy voltou a elogiar a decisão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de manter um diálogo franco com a imprensa sobre denúncias de corrupção em sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Ele disse que o exemplo dado por Palocci deveria ser seguido por outros integrantes do governo e, em especial, pelo presidente Lula.

– Espero que o presidente Lula tome a iniciativa inédita de vir ao Congresso responder às perguntas dos líderes da forma mais aberta possível – apelou.



**DEBATE** Suplicy voltou a sugerir que o presidente Lula venha ao Congresso dialogar com os líderes

# Virgílio aplaude quebra de sigilo de fundos de pensão

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), elogiou ontem decisão da CPI dos Correios – que pediu a quebra do sigilo bancário de fundos de pensão – e do Tribunal de Contas da União (TCU) de investigar os gastos com cartões de crédito corporativos do governo.

– Até que enfim a caixa-preta dos fundos de pensão começa a se abrir e agora se pode ver tudo às claras – aplaudiu o senador, ressaltando que essa decisão da CPI dos Correios era aguardada com expectativa.

Virgílio criticou ainda o que classificou de abuso dos servidores do governo em relação ao uso dos cartões corporativos. O cartão corporativo é utilizado por funcionários para o pagamento de compras, mas, afirmou o senador, existem provas de que foram usados para efetu-



**INVESTIGAÇÃO** Virgílio aponta abuso na utilização de cartões corporativos por servidores

ar saques em espécie, de acordo com auditoria do TCU.

A auditoria do TCU vai investigar gastos de até R\$ 4 milhões efetuados entre janeiro e junho deste ano pela Casa Civil da Presidência da República e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Conforme revelou a auditoria, segundo o senador, dois terços desses gastos foram com saques em dinheiro.

### Nota de Favre

Virgílio leu nota de Luis Favre que contesta as acusações do jornal *Correio Braziliense*, segundo as quais Favre seria responsável por movimentações ilegais de recursos do PT no exterior. O parlamentar disse respeitar a atitude de Favre, mas ressaltou que a reportagem publicada no jornal "é detalhada, sólida e bem concatenada".

– Essas denúncias casam com as declarações de Duda Mendonça de que o PT estava envolvido em operações de caixa dois no exterior. E também casam com o fato de que Luis Favre foi contratado por Duda Mendonça por R\$ 20 mil por mês. É preciso investigar até o fim para que não parem quaisquer dúvidas sobre o caso – disse Virgílio, que também defendeu a convocação de Favre pela CPI dos Correios.

## PT perdeu "patrimônio simbólico", diz Pavan



Leonel Pavan

"O PT perdeu seu patrimônio simbólico", segundo afirmou ontem o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). O parlamentar lembrou que o partido chegou ao poder "como portador das melhores esperanças da nação, entre elas a de que um modo transparente de fazer política, infenso à corrupção", chegava ao governo federal.

– Mas agora está claro para os brasileiros que essa esperança desapareceu. O PT não é tão puro e tão ético como gostava de apregoar – disse o senador, citando as recentes denúncias de corrupção e as investigações das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Pavan ressaltou, porém, que "há inúmeras pessoas dessa legenda que merecem respeito, possivelmente até a maioria". Para ele, "são alguns líderes ou desavisados que prejudicam o partido".

– A perda de patrimônio simbólico do PT não atinge apenas essa legenda; mata a esperança da nação, além de deixá-la com aquele travo cínico que a faz pensar que não há esperança para o país. Em uma conclusão fácil e cômoda, todos os políticos são ou se tornam desonestos – declarou.

## Sibá: oposição quer "demolir" o partido



Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) sustentou que as oposições estão tentando "demolir" o PT, não se limitando a criticar ou investigar os petistas que cometeram erros na direção partidária.

– Vai haver luta. Vai haver revide. Estão nos provocando. Nós já passamos por momentos muito difíceis em nossas vidas. Já enfrentamos as patas dos cavalos, as pontas das baionetas – advertiu Sibá Machado.

O senador afirmou que não aceita o que vem acontecendo nas CPIs, onde as oposições pedem "investigação verdadeira" quando isso lhes interessa, mas falam em "abafão" quando as investigações não atendem aos interesses oposicionistas.

Sibá pediu conciliação aos grupos do PT liderados pelos ex-ministros Tarso Genro e José Dirceu, que vêm se enfrentando para dominar a direção nacional do partido.

O senador comentou ainda que começam a surgir os primeiros problemas do programa do biodiesel, informando que uma das empresas produtoras está apresentando dificuldades para vender a produção do óleo vegetal. Ele pediu ao governo que acompanhe de perto o problema e apresente soluções.



**ELEIÇÕES** Para César Borges, os índices econômicos são usados para manter PT na disputa em 2006

## Governo tenta encobrir a crise, diz César Borges

O senador César Borges (PFL-BA) acusou o governo de se utilizar de dados sobre os índices econômicos para disfarçar a crise política e reforçar a imagem populista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando manter o PT na disputa para as próximas eleições.

De acordo com o senador, independentemente das CPIs em funcionamento no Congresso, a situação econômica estável do país decorre de um quadro financeiro global, em que os investidores procuram mercados que ofereçam taxas de juros mais altas para seus investimentos.



**DECISÃO** Escolha será feita em eleições prévias dentro do partido, informa Ramez Tebet

## Tebet: PMDB terá candidato próprio em 2006

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou que seu partido terá candidato próprio à Presidência da República em 2006 e que a escolha será feita em eleições prévias dentro do PMDB. A decisão foi tomada pela Executiva Nacional do partido, na quarta-feira.

– As prévias vão revitalizar o partido – observou, dizendo que, no Brasil, seria a primeira vez que um partido escolhe o seu candidato dessa forma.

Tebet informou que os interessados em disputar as prévias podem se inscrever até o dia 15 de fevereiro. A data da escolha será 5 de março.

## Orçamento da Cultura na Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, determinou que todo o orçamento do ministério seja colocado na Internet, para mostrar como vêm sendo utilizados os recursos. O senador esteve ontem no ministério para conhecer como o trabalho será feito.

João Capiberibe é um defensor da adoção de mecanismos que permitam o acompanha-



Rosevelt Pinheiro

**INOVAÇÃO** Capiberibe quer o acompanhamento de gastos do dinheiro público pelo povo

mento dos gastos da União, dos estados e dos municípios. Ele já apresentou um projeto estabelecendo a obrigatoriedade da divulgação detalhada da utilização dos recursos, por vários meios, incluindo a Internet.

## Ana Júlia lê carta da família da irmã Dorothy

Carta enviada ao presidente Lula pela família da irmã Dorothy Stang, assassinada no dia 24 de fevereiro deste ano, foi lida em Plenário pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). De acordo com o documento, a família, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esperavam que houvesse a punição exemplar do crime, conforme promessa feita pelo presidente.

A senadora, em resposta à família e em defesa das ações



Rosevelt Pinheiro

**ARGUMENTO** Ana Júlia defende ações do governo como o Plano Safra para 2005

do Executivo, argumentou que o governo lançou o Plano Safra, que destinará R\$ 1 bilhão aos pequenos agricultores e destacou que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) cresceu 1.000% em relação ao governo anterior.

## Raupp diz temer por sua segurança

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem que teme pela sua segurança pessoal e de outras pessoas, que, segundo ele, estariam sendo ameaçadas pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido). De acordo com Raupp, as ameaças começaram depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou as denúncias feitas pelo Ministério Público sobre crimes que teriam sido praticados pelo governador.

– Ivo Cassol faz política com



Rosevelt Pinheiro

**DENÚNCIA** Raupp afirma que governador de Rondônia "faz política com métodos primitivos"

métodos primitivos. A brutalidade é a forma como tenta impor sua autoridade – denunciou.

O senador afirmou que espera "abortar alguma ação violenta" que Cassol possa praticar contra ele e contra sua família.

# Senado obriga corretor de imóveis a se identificar

■ Segundo turno de votação decidirá se proposta deve voltar ao exame da Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que obriga os cartórios de registro de compra e venda de imóveis a mencionarem na escritura o nome, a identificação e o valor de intermediação recebido pelo corretor de imóveis. O texto final do projeto ainda será submetido a uma segunda votação, quando também será decidido se a matéria deve ou não voltar ao exame dos deputados, por causa de pequenas alterações que recebeu no Senado, para correção de "imprecisões técnicas".

O objetivo do projeto, conforme seu autor, o deputado Rubens Otoni (PT-GO), é proteger os compradores de imóveis, evitando que sejam enganados por corretores desonestos. Com a identificação do corretor, inclusive seu número de registro no conselho da categoria (Creci), o deputado acredita que haverá redução nas vendas de "lotea-



Gerardo Magalhães

**LIMITES** Renan Calheiros (D) preside a sessão que aprovou projeto que poderá ajudar a inibir a sonegação dos ganhos dos profissionais de vendas

mentos que só existem no papel" ou de vendas de imóveis em situação irregular.

O senador José Maranhão (PMDB-PB), relator da matéria no Senado, concordou com a essência da proposição, mas apresentou algumas emendas para corrigir imprecisões e tornar seu texto mais claro. Maranhão vê um outro benefício no projeto – ele ajudará a inibir a sonegação fiscal dos ganhos de corretores.

A proposta tem solução para as vendas de imóveis feitas

diretamente entre o dono e o comprador. O cartório terá de comunicar que não houve intermediação, sujeitando-se às penas da lei se a informação for falsa.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a exigência irá valorizar os corretores, lembrando ter apresentado, quando deputado, um projeto parecido, que acabou não sendo votado. Para ele, a presença de um corretor honesto é fundamental para a realização de um bom negócio.

## Plenário aprova homenagem ao Dia do Soldado

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando voto de aplauso pela passagem do Dia do Soldado. A homenagem foi encaminhada ao comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, que conduziu solenidade em celebração da memória do soldado Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército.

Tuma enalteceu o discurso do general Francisco Albuquerque no evento.

## Novo limite de aposentadoria vai à votação final no dia 31

Aprovado ontem, pelo Senado, requerimento que agiliza a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que aumenta de 70 para 75 anos o limite de idade, na forma de lei complementar, para quem trabalha no serviço público – a partir desse limite, a aposentadoria é compulsória. Agora, a matéria, que já foi aprovada em primeiro turno, irá à votação em segundo turno no dia 31 de agosto.

Para obter essa agilização, o requerimento solicitou a dispensa do interstício regimental

– que, nos casos de propostas de emendas à Constituição, é de cinco dias úteis entre o primeiro e o segundo turnos de votação.

Para ser válido, o novo limite de idade para aposentadoria compulsória precisa da criação de uma lei complementar que regule a questão. Mas a PEC define exceções: ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União passam a se enquadrar no novo limite já a partir da data da publicação da emenda.

### Eleitorado cresceu 0,58% em relação a 2004

No referendo do dia 23 de outubro sobre o desarmamento estarão aptos a votar em todo o país 122.042.825 eleitores, em 368.040 seções eleitorais distribuídas por 5.564 municípios. Os

dados foram divulgados ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O crescimento do eleitorado, segundo o TSE, em relação às eleições ocorridas em 2004, foi de 0,58%.

### Supremo mantém resolução que reduz número de vereadores

O Supremo Tribunal Federal (STF), por 10 votos a 1, manteve ontem a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de vereadores de municípios brasileiros. Portanto, foi

declarado improcedente o pedido do Partido Popular (PP) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3.345. Os ministros Eros Grau, Carlos Velloso, Joaquim

Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim votaram com o relator, Celso de Mello. O voto divergente foi do ministro Marco Aurélio.

## Tourinho elogia MP do Bem, mas cobra incentivo a energia

Ao elogiar a Medida Provisória 252/05, a chamada MP do Bem, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – foto – observou, no entanto, que o governo poderia ter ousado mais. A MP institui regime especial de tributação, concedendo

incentivos fiscais à exportação, pesquisa, tecnologia e inclusão digital e outras áreas que utilizam mão-de-obra intensiva, como a construção civil, potencializando a geração de empregos. O senador estranhou, porém, que outros

setores de vital importância para o país, como o energético, ainda não tenham merecido a atenção devida da Fazenda e do Tesouro Nacional.

O senador informou que está apresentando três emendas à MP, que ainda tramita na

Câmara, com o objetivo de beneficiar o setor energético. Diz que não tem lógica o governo defender a desoneração tributária de setores essenciais, mas deixar o energético de lado. Ele indaga qual setor é mais essencial que o outro.



Roosevelt Pinheiro

## Lobão quer conciliar progresso e preservação

■ Senador destaca aprovação, pelo Ibama, da usina de Estreito, no rio Tocantins

O senador Edison Lobão (PFL-MA) sustentou que é possível conciliar a preservação ambiental com as demandas de desenvolvimento econômico e social. Como exemplo, citou a aprovação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins.

A usina, com capacidade de geração de 1.087 megawatts de energia e ao custo de aproximadamente US\$ 1 bilhão, deverá, de acordo com Lobão,



Geraldo Magela

**ESTRATÉGIA** Edison Lobão exalta o I Encontro sobre Áreas Protegidas no Maranhão, realizado em São Luís

beneficiar toda a região e a economia brasileira, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento social.

– As tecnologias modernas demonstram ser plenamente viável conciliar a questão ambiental com as legítimas necessidades de desenvolvi-

mento econômico e social. Especialmente no Brasil, deve-se aprofundar estudos nesse sentido, pois não podemos permitir que o exagero ambientalista suprima a implantação de projetos que correspondam à nossa própria sobrevivência neste mundo global.

Lobão informou que, em julho, o Ibama e representantes da sociedade civil promoveram em São Luís o I Encontro sobre Áreas Protegidas no Maranhão, com o objetivo de definir estratégias de gestão de áreas já protegidas por lei e criar novas reservas ambientais.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que exageros de ambientalistas estariam criando a situação absurda de colocar na marginalidade aqueles que se dedicam à atividade agropastoril.

## Quintanilha condena desigualdades regionais

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) criticou as desigualdades regionais no Brasil e lamentou que o estado do Tocantins, embora contando com grande potencial de geração de energia, não receba compensações por isso. O senador disse que é preciso corrigir a inversão pela qual “rico não é o povo que tem elevada capacidade de produção, mas o povo que tem elevada capacidade de consumo”.

Ele lembrou que só existe uma usina hidrelétrica no Tocantins, que abastece o estado com 20% de sua produção. Ao informar que o restante da energia é uti-



Roosevelt Pinheiro

**AVALIAÇÃO** Segundo Quintanilha, o Tocantins exporta energia sem receber nenhuma compensação

lizada por outros estados, ele lamentou que, embora dê uma “extraordinária contribuição ao atendimento das necessidades

nacionais”, o Tocantins não receba nenhuma compensação.

Quintanilha manifestou apoio à Associação dos Impactados por Barragens, por permitir que as pessoas que tiveram prejuízos com a criação de barragens possam expor às autoridades os seus problemas.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) ressaltou a necessidade do estabelecimento de mecanismos que reduzam as disparidades entre as várias regiões do país. Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a criação do Tocantins foi um processo bem-sucedido.

## Nezinho Alencar pede prorrogação da dívida agrícola

Nezinho Alencar (PSB-TO) apelou ao governo para que prorrogue, com prazos justos, as dívidas dos produtores rurais. O senador ressaltou que a crise do setor agrícola, que já era grave em junho, quando ocorreu a manifestação dos produtores rurais em Brasília, só se agravou, já que o governo não atendeu a muitas das reivindicações do setor. Dentre os pontos não atendidos, Nezinho considera o mais urgente a questão da dívida agrária.

Ao afirmar que a crise atual da agricultura é a maior já vivida pelo setor nas últimas décadas, Nezinho ressaltou a importância do agronegócio para a geração de emprego e renda no país. O senador disse que a queda na produção e no faturamento e a conseqüente redução de renda, preços em declínio e custos em ascensão – principalmente pela defasagem cambial – formam uma explosiva combinação de fatores que levará o setor à paralisação.

Em apertes, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Gilberto Goellner (PFL-MT) expressaram apoio ao produtor rural.



Márcia Kalume

**GRAVIDADE** Crise da agricultura é a maior vivida pelo setor nas últimas décadas, adverte Nezinho



Roosevelt Pinheiro

**REGULARIZAÇÃO** Mozarildo acusa demora na transferência da titularidade das terras para RO

## Mozarildo espera intermediação de Dilma Rousseff

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reivindicou a intermediação da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, no processo de regularização fundiária em Roraima. O senador culpa a União pela demora na transferência da titularidade das terras para o governo do estado, que estaria resistindo em recorrer à Justiça na tentativa de resolver o impasse de forma conciliatória.

Segundo informou Mozarildo, apenas 8% do território de Roraima não pertencem à União. Os 92% restantes estão distribuídos entre a Funai (reservas indígenas), o Ibama (reservas ecológicas) e o Inbra (reforma agrária). Diante do que chamou de descaso dos ministérios pelo assunto, o senador declarou não crer em milagres ou concessões do governo federal para resolver o problema, mas decidiu dar um voto de confiança a Dilma.

Mozarildo também registrou a passagem do Dia do Soldado, comemorado ontem, e destacou a importância da categoria para a região amazônica.



Roosevelt Pinheiro

## Mesquita Júnior defende transporte para pacientes

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) – foto – comunicou ao Plenário que o deputado federal Wasny de Roure (PT-DF) dará parecer favorável ao projeto que dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada, pelo

Sistema Único de Saúde (SUS), aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio. Wasny é o relator da matéria, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O senador afirmou que existe grande expectativa pela aprovação desse projeto por parte da população que não tem, na sua região, tratamento de saúde adequado. Isso, segundo Mesquita Júnior, ocorre em seu estado.

– Em época de notícias tão ruins, quero dar essa, que é muito boa. O sofrimento dessas pessoas extremamente humildes será minimizado – afirmou, lembrando que o projeto é de autoria da senadora licenciada Marina Silva.



**DEPOIMENTO** Crivella (E), presidente da CPI da Emigração, com o deputado João Magno em reunião da comissão que aprovou oitiva de prefeitos

## CPI da Emigração convoca prefeitos para depor

Os prefeitos mineiros de São Félix de Minas, Wanderley Vieira de Souza (PT), e de Divino das Laranjeiras, Edson Alves de Souza (PPS), conhecido como Edson Bodola, foram convocados para depor na CPI da Emigração no dia 1º de setembro, às 11h. A CPI da Emigração foi criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados para facilitar a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos e em outros países. O requerimento para convocação dos dois depoentes, acusados de envolvimento no tráfico de emigrantes para o exterior, foi aprovado na reunião de ontem da CPI.

A CPI também aprovou requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) para a realização de audiência pública em Criciúma, Santa Catarina. O objetivo é ouvir autoridades e moradores da região sobre a situação da emigração de brasileiros, em particular daquela cidade, para outros países, notadamente para os Estados Unidos.

Foi aceito ainda requerimento do deputado Neucimar Fraga (PL-ES) para convocar José Gomes Barreto, Manuel da Silva e João Ênio Rodrigues de Mendonça, acusados de tráfico de mulheres para se prostituírem em outros países.

## Tião Viana destaca construção de ponte entre Brasil e Peru

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente do Peru, Alejandro Toledo, participarão da inauguração, prevista para outubro, da primeira ponte ligando os dois países. A informação foi transmitida pelo vice-presidente do Senado, senador Tião Viana (PT-AC), que se encontrou ontem com o novo embaixador brasileiro no Peru, o diplomata de carreira Luis Augusto de Araújo Castro.

A ponte sobre o rio Acre ligará a cidade brasileira de Assis Brasil (AC) com Iñapari, no Peru.

Ela faz parte do projeto da rodovia interoceânica que ligará o Brasil ao oceano Pacífico. Além de facilitar as relações entre o Brasil e os países andinos, a estrada diminuirá o custo do transporte da soja brasileira para a China e outros países asiáticos. Os negócios do Brasil com o Peru já somam US\$1 bilhão, informou o embaixador.

Para a construção da estrada interoceânica, dois consórcios de empresas brasileiras já foram contratados. A estrada será construída com financiamentos brasileiro e peruano.



**ENCONTRO** Tião Viana recepciona o embaixador do Brasil no Peru, Luis Augusto de Araújo Castro, e o deputado petista Zico Bronzeado

# Projeto que cria a Anac vai a votação no Plenário

■ Por força de acordo entre o governo e as lideranças partidárias, nova agência deve ficar no Rio de Janeiro

O projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Depende agora de aprovação em Plenário para seguir à sanção presidencial. O PLC 62/04 foi classificado pelo presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PT-DF), como um “grande passo” do governo Lula.

Segundo o relator do projeto, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), foi celebrado um acordo entre o governo e as lideranças

partidárias para que o órgão seja mantido no Rio de Janeiro, onde já funciona o Departamento de Aviação Civil (DAC) – cujas funções serão repassadas à nova agência. Graças a esse acordo, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou que não apresentaria mais pedido de vista e votaria a favor da matéria.

– Toda a nação está à espera da criação da Anac, mas o Rio de Janeiro tem interesse especial na proposta, uma vez que está lá toda a estrutura do DAC – disse Saturnino.

Conforme o projeto, a nova agência terá independência administrativa, autonomia financeira e ausência de subordinação hierárquica. Sua diretoria – composta por quatro diretores e um diretor-presidente – será nomeada pelo presidente da República para mandato de

cinco anos, após aprovação das indicações pelo Senado.

No parecer, Heráclito reconhece a contribuição da Força Aérea Brasileira para o crescimento da aviação civil brasileira, por meio da atuação do DAC. Afirmou, entretanto, que é “chegado o momento” de transferir a um órgão civil a regulação da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica. Ainda de acordo com o relator, permanecem sob os cuidados da Aeronáutica o controle do espaço aéreo e a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos.

Os militares atualmente em exercício no DAC passam a ter exercício na Anac, que permanecerá vinculada ao Ministério da Defesa, e devem retornar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses.



**AVAL** Figueira (E) e Rosa, indicados para assumir embaixadas, foram aprovados pela CRE, presidida por Cristovam

## Comissão aprova três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável às indicações presidenciais dos novos embaixadores brasileiros na Líbia, na Finlândia e na Arábia Saudita. As mensagens serão agora submetidas ao Plenário.

Indicado para a embaixada brasileira na Líbia, Luciano Ozório Rosa observou, durante exposição aos senadores, que as relações entre os dois países obtiveram uma “nítida elevação de patamar” após a viagem àquele país do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

O diplomata acumulará com a função a chefia da embaixada na República de Malta, segundo a mensagem presidencial, que teve como relator *ad hoc* o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O embaixador indicado para a Finlândia, Luiz Sérgio Gama Figueira, lembrou que 33 empresas finlandesas já têm investimentos equivalentes a US\$ 206 milhões no Brasil. Com renda *per capita* de US\$ 35 mil, ressaltou, a Finlândia tomou a decisão estratégica de investir em pesquisa e desenvolvimento industrial.

Figueira foi designado para exercer cumulativamente o cargo de embaixador junto à Estônia. O relator *ad hoc* da mensagem foi o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Para a embaixada na Arábia Saudita, Isnard Penha Brasil Júnior disse que pretende estimular a diversificação da pauta de exportações brasileiras para aquele país, hoje composta por produtos como soja, açúcar, carne bovina e aviões.

Penha deverá acumular o cargo com o de embaixador em Omã e no Iêmen, de acordo com a mensagem relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

### Forças Armadas

A CRE acolheu ainda requerimento de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) para a realização de debate com o tema “Panorama das Forças Armadas Frente à Realidade Brasileira Atual”.

Como expositores, conforme o requerimento, serão convidados o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar, e os comandantes do Exército, general-de-exército Francisco Roberto de Albuquerque; da Marinha, almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno.



**COMPENSAÇÃO** Também foi acolhido pela CAS projeto que prevê indenização a agricultor prejudicado por barragem

## Apoio ao meio ambiente pode ser deduzido do IR

■ Proposta aprovada na CAS visa incentivar doações a entidades que promovam a preservação ambiental

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que concede incentivos fiscais para projetos ambientais. Pela proposta, as pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda devido até 80% e até 40%, respectivamente, das doações a entidades sem fins lucrativos para aplicação em atividades que promovam uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

O então senador Waldeck Ornélas, autor do projeto (PLS 251/02), argumenta em sua justificativa que o Estado tem capacidade limitada para responder às demandas sociais e destaca o papel complementar que pode ser desempenhado pelo chamado terceiro setor.

### Incentivos

O relator da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), sustenta, em seu parecer, que atividades que não apresentam rentabilidade suficiente para atrair o capital privado devem receber incentivos. Azeredo diz ainda que fortalecer as organizações não-governamentais envolvidas com o meio ambiente contribuirá para a superação dos problemas ambientais.

A CAS aprovou também pro-

jeto (PLS 121/02) de autoria do senador Teotônio Vilela (PSDB-AL) que acrescenta novo parágrafo ao Decreto-Lei 36/67 para determinar que proprietário ou concessionário de represas garantam condições para que produtores rurais situados nas terras abaixo das represas exerçam a agricultura, a pesca e a aquíicultura, ou os compense financeiramente por perdas em decorrência de alteração do curso d'água.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do projeto, afirma que a proposta visa assegurar às comunidades localizadas à jusante de represas o direito a compensação financeira semelhante àqueles que têm suas terras atingidas por reservatórios d'água.

## Aprovado maior rigor sobre medicamentos manipulados

As encomendas de medicamentos manipulados somente poderão ser aceitas pelas próprias farmácias, conforme determina projeto da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A proposta (PLS 101/03) também proíbe as farmácias que possuem filiais de centralizar a manipulação das receitas em uma delas.

Na opinião do relator e presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a matéria visa proteger o consumidor, pois a recepção de receitas por estabelecimentos que não vão executar a manipulação, além de interferir na

responsabilidade técnica do farmacêutico e na rastreabilidade das informações farmacotécnicas, prejudica a avaliação da prescrição e o controle de qualidade do processo e dos insumos utilizados.

Outro projeto acolhido pela CAS, na forma de substitutivo, foi o PLS 126/02, que obriga os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar órgãos e tecidos a franquear suas instalações e a fornecer apoio operacional para remoção e transplante quando houver doador falecido em suas dependências. A proposta teve como relator o senador Augusto Botelho (PDT-RR) e será votada em turno suplementar na comissão.

## Sindicalização para empregado de sindicato

Empregados de entidades sindicais poderão ter direito à sindicalização. Projeto (PLC 28/05) com essa finalidade foi aprovado em reunião realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A comissão acolheu ainda requerimento de autoria dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Patrícia Saboya (sem partido-CE) para realização de audiência pública sobre projetos que tratam da exigência de exames de suficiência para o exercício de profissões.

## Brasil e Dinamarca discutem cooperação na área agrícola

A política brasileira para os transgênicos, a agricultura orgânica, a produção de biocombustíveis e o cooperativismo foram temas apresentados ontem a uma comitiva de 19 parlamentares e dois ministros da Dinamarca, em reunião conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

Coordenada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a reunião se destinou a oferecer aos visitantes um painel sobre oportunidades de cooperação e negócios entre os dois países na área agrícola. Entre os membros da comitiva estavam os ministros da Alimentação, Agricultura e Pesca, Hans Christian Schmidr; de Assuntos da Família e do Consumidor, Lars

Barfoed; e o presidente da Comissão de Agricultura do parlamento dinamarquês, Christian Hansen. Acompanhava o grupo o embaixador da Dinamarca, Christian Konifeld.

Schmidr afirmou que o Brasil é hoje um grande ator na cena agrícola mundial. Já Lars Barfoed manifestou sua satisfação em constatar que os dois países têm a mesma preocupação com as questões fitossanitárias, área aos cuidados da pasta de Assuntos da Família e do Consumidor na Dinamarca.

O deputado Francisco Turra (PP-RS) destacou a Lei de Biossegurança, aprovada este ano. Para tranquilizar os visitantes, cujo país impõe controles rigorosos sobre produtos transgênicos, Turra ressaltou "a preocupação de que o Brasil tenha uma agricultura limpa".



**VISITA** Entre os ministros Hans Schmidr (E) e Lars Barfoed, Flexa Ribeiro coordena reunião com comitiva que incluiu 19 parlamentares dinamarqueses

## Goellner pede regulamentação urgente da Lei da Biossegurança

O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) cobrou pressa do governo na regulamentação da Lei da Biossegurança, aprovada no dia 2 de março pelo Congresso. A lei regula os organismos geneticamente modificados – considerados a base da biotecnologia moderna – e o uso de células-tronco embrionárias.

Segundo o parlamentar, cientistas e produtores rurais estão preocupados, pois a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) está impedida, por decreto, de funcionar enquanto a lei não é regulamentada.

Goellner afirmou que a burocracia do governo provoca uma "moratória branca" na pesquisa de espécies e na industrialização de produtos geneticamente modificados, acarretando enormes prejuízos ao país, enquanto as nações detentoras dessa tecnologia,



**DEMORA** Gilberto Goellner critica burocracia do governo e diz que atraso acarreta prejuízos ao país

possíveis concorrentes do Brasil, avançam cada vez mais nesse mercado.

O senador advertiu que o adiamento da regulamentação até novembro, conforme estabelece decreto do governo, atendendo a motivos do Ministério do Meio Ambiente, pode comprometer a safra deste ano e provocar uma nova onda de contrabando de sementes geneticamente modificadas.